

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	969.857
Preferenciais	0
Total	969.857
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	2.780.042	2.714.819
1.01	Ativo Circulante	351.749	349.843
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	269.117	284.561
1.01.02	Aplicações Financeiras	18.088	8.270
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	18.088	8.270
1.01.03	Contas a Receber	49.219	46.060
1.01.04	Estoques	3.626	3.005
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.955	2.911
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.389	4.491
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	2.035	1.945
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	6.354	2.546
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	355	545
1.01.08.03	Outros	355	545
1.01.08.03.01	Outros ativos	66	345
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	289	200
1.02	Ativo Não Circulante	2.428.293	2.364.976
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	53.672	38.717
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	18.112	15.286
1.02.01.07	Tributos Diferidos	35.415	23.291
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	145	140
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	145	140
1.02.03	Imobilizado	46.003	34.779
1.02.04	Intangível	2.328.618	2.291.480
1.02.04.01	Intangíveis	2.328.618	2.291.480
1.02.04.01.02	Intangível	2.317.561	2.279.080
1.02.04.01.03	Direito de uso	11.057	12.400

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	2.780.042	2.714.819
2.01	Passivo Circulante	161.738	110.159
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.852	13.041
2.01.02	Fornecedores	46.305	54.276
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.213	13.771
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.213	13.771
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.213	13.771
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.239	2.527
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.696	1.658
2.01.04.02	Debêntures	5.543	869
2.01.05	Outras Obrigações	28.001	25.433
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.842	2.345
2.01.05.02	Outros	26.159	23.088
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	16.307	13.190
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	1.762	2.019
2.01.05.02.06	Seguros e garantias	44	149
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	7.456	7.361
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	590	369
2.01.06	Provisões	52.128	1.111
2.01.06.02	Outras Provisões	52.128	1.111
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	52.128	1.111
2.02	Passivo Não Circulante	1.606.138	1.583.461
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.559.789	1.517.916
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	647.986	628.673
2.02.01.02	Debêntures	911.803	889.243
2.02.02	Outras Obrigações	4.481	5.948
2.02.02.02	Outros	4.481	5.948
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	3.989	5.456
2.02.02.02.04	Dividendos	492	492
2.02.04	Provisões	41.868	59.597
2.02.04.02	Outras Provisões	41.868	59.597
2.02.04.02.04	Provisão para riscos processuais	4.362	1.254
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	37.506	58.343
2.03	Patrimônio Líquido	1.012.166	1.021.199
2.03.01	Capital Social Realizado	969.857	969.857
2.03.04	Reservas de Lucros	42.309	51.342
2.03.04.01	Reserva Legal	2.592	2.592
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	39.717	48.750

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	237.822	343.302
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-198.767	-302.366
3.03	Resultado Bruto	39.055	40.936
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.858	-8.523
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.010	-8.599
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	152	76
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.197	32.413
3.06	Resultado Financeiro	-46.250	-13.512
3.06.01	Receitas Financeiras	7.687	345
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.937	-13.857
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.053	18.901
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.020	-3.975
3.08.01	Corrente	-3.104	-4.462
3.08.02	Diferido	12.124	487
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.033	14.926
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.033	14.926
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,009	0,031
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,008	0,028

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.033	14.926
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.033	14.926

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	89.884	58.375
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	87.552	52.260
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	-9.033	14.926
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	32.166	18.785
6.01.01.03	Juros incorridos sobre arrendamento	208	234
6.01.01.04	Impostos diferidos	-12.124	-487
6.01.01.05	Provisão para riscos	3.108	76
6.01.01.06	Provisão para manutenção	30.180	0
6.01.01.07	Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	28.112	13.299
6.01.01.08	Juros e apropriação de custo sobre debêntures	14.935	5.427
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.332	6.115
6.01.02.01	Contas a receber	-3.159	-537
6.01.02.02	Estoques	-621	-381
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-44	-91
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-89	76
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-3.808	1.738
6.01.02.06	Outros ativos	275	-4
6.01.02.07	Fornecedores	6.353	6.050
6.01.02.08	Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	3.811	4.039
6.01.02.09	Credor pela concessão	3.116	32
6.01.02.10	Impostos, taxas e contribuições	-2.560	-5.550
6.01.02.11	Contas a pagar com partes relacionadas	-592	-179
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-142	1.156
6.01.02.13	Juros pagos sobre contrato de arrendamento	-208	-234
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-94.574	-270.269
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-15.101	-877
6.02.02	Aquisições de intangível	-66.829	-269.392
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-12.644	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.754	283.466
6.03.01	Captação empréstimos e financiamentos	0	-67
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-8.761	0
6.03.03	Captação de debêntures	0	284.944
6.03.04	Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	-1.993	-1.411
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.444	71.572
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	284.561	58.541
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	269.117	130.113

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	969.857	0	51.342	0	0	1.021.199
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	969.857	0	51.342	0	0	1.021.199
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-9.033	0	0	-9.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.033	0	-9.033
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-9.033	9.033	0	0
5.05.02.06	Destinação do resultado do período	0	0	-9.033	9.033	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	969.857	0	42.309	0	0	1.012.166

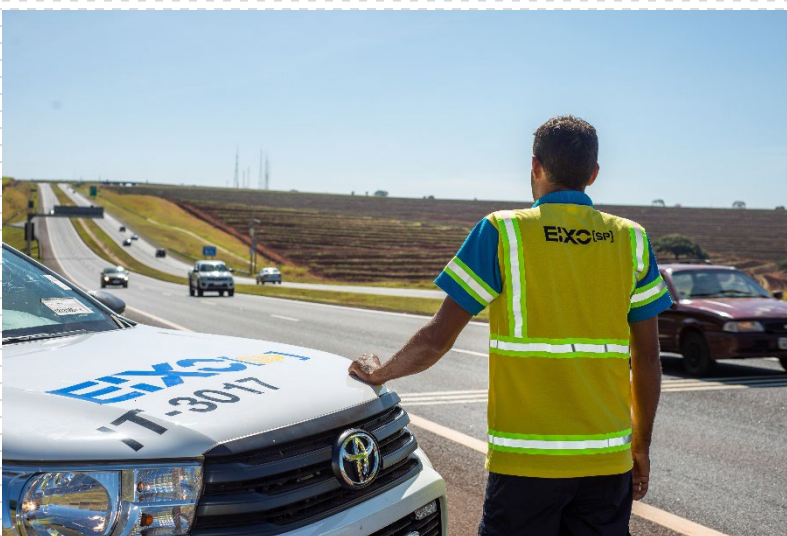
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	477.357	0	29.433	0	0	506.790
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	477.357	0	29.433	0	0	506.790
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	14.926	0	0	14.926
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.926	0	14.926
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	14.926	-14.926	0	0
5.05.02.06	Destinação do resultado do período	0	0	14.926	-14.926	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	477.357	0	44.359	0	0	521.716

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	266.849	351.964
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	194.812	93.857
7.01.02	Outras Receitas	12.276	563
7.01.02.01	Outras receitas	152	76
7.01.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.124	487
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	59.761	257.544
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-150.688	-278.887
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-110.848	-262.235
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.719	-15.248
7.02.04	Outros	-17.121	-1.404
7.02.04.01	Poder concedente	-17.121	-1.404
7.03	Valor Adicionado Bruto	116.161	73.077
7.04	Retenções	-32.166	-18.785
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.166	-18.785
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	83.995	54.292
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.687	345
7.06.02	Receitas Financeiras	7.687	345
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	91.682	54.637
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	91.682	54.637
7.08.01	Pessoal	25.448	12.520
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.920	7.975
7.08.01.02	Benefícios	4.005	1.816
7.08.01.04	Outros	5.523	2.729
7.08.01.04.01	Encargos sociais e trabalhistas	4.657	2.339
7.08.01.04.02	Outros encargos	866	390
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.855	12.561
7.08.02.01	Federais	10.215	7.888
7.08.02.03	Municipais	9.640	4.673
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.412	14.630
7.08.03.01	Juros	51.248	11.268
7.08.03.02	Aluguéis	1.475	773
7.08.03.03	Outras	2.689	2.589
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	2.689	2.589
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.033	14.926
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.033	14.926

Comentário do Desempenho



Relatório da Administração

1T22



Itirapina, 16 de maio de 2022.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no período do 1º trimestre de 2022.

Realizamos a comparação do resultado do período de 2022 com 2021, porém, ressalta-se que é preciso levar em consideração que a Companhia iniciou a operação de 16 novas praças de pedágio no segundo semestre de 2021, de modo a evitar interpretações errôneas.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.



a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia.

Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão.

c) Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão:

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.



DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	2022		2021		▲	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs¹	14.325	13.390	13.185	-	8,6%	-
Veículos Leves	4.872	6.265	4.093	-	19,0%	-
Veículos Pesados	9.453	7.125	9.092	-	4,0%	-
Tráfego²	7.298	8.436	6.421	-	13,7%	-
Veículos Leves	4.947	6.429	4.177	-	18,4%	-
Veículos Pesados	2.302	1.902	2.207	-	4,3%	-
Veículos Isentos	49	105	37	-	34,2%	-
Tarifa Média (R\$)	7,48	6,39	7,04	-	6,2%	-

¹ VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

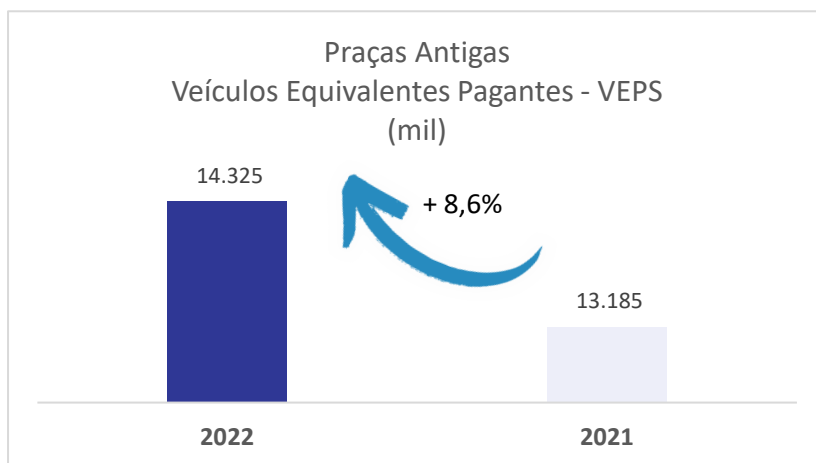
² Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado do 1º Trimestre (Jan-Mar/22 sobre Jan-Mar/21): Brasil	11,1%	0,5%	8,2%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 8,2% no fluxo total de veículos no período de 2022, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 11,1% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.



No primeiro trimestre de 2022, as 5 praças de pedágio da EIXO registraram 14,3 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 8,6% na comparação com o mesmo período de 2021 (somente para praças antigas - ex Centrovias).

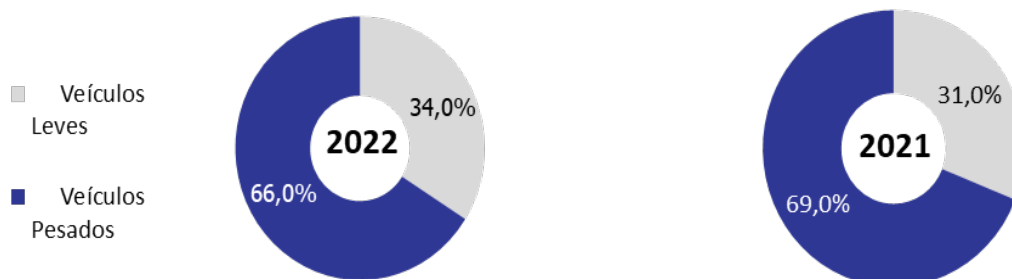
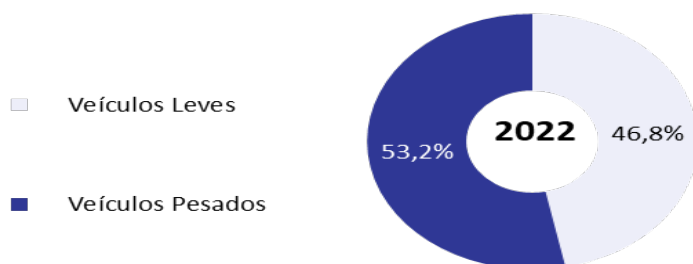
Quando comparado o tráfego total do período de 2022 com 2021 demonstra-se um aumento

expressivo dos veículos equivalentes, exclusivamente pelo fato do início de operação de 16 novas praças de pedágio, sendo estas iniciando as suas operações no segundo semestre de 2021, conforme cronograma abaixo:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho; e
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto; e
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro.



A performance de veículos pesados representa cerca de 67,5% do tráfego total (68,2% do tráfego em 2020) e apresentaram um aumento de 4,3% no período comparativo. Em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 7,7% no mesmo período comparado a 2020. Apesar do aumento no tráfego comparativo, todo o tráfego de veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela EIXO ainda sofrem com os efeitos da COVID-19. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.

Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas**Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Novas**



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	1T22	1T21	▲
Receita Bruta	254.573	351.401	-28%
Receita com Pedágio ¹	194.035	93.177	108%
Receitas Acessórias	777	680	14%
Receita de Construção (IFRS)	59.761	257.544	-77%
Receita Bruta Ajustada²	194.812	93.857	108%
Deduções da Receita Bruta	(16.751)	(8.099)	107%
Receita Líquida Ajustada²	178.061	85.758	108%

¹ A operação das praças de pedágio no ano de 2020 iniciou-se em 03/06, com 5 praças de pedágio. No ano de 2021 entraram em operação 16 novas praças entre os meses de julho e outubro.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

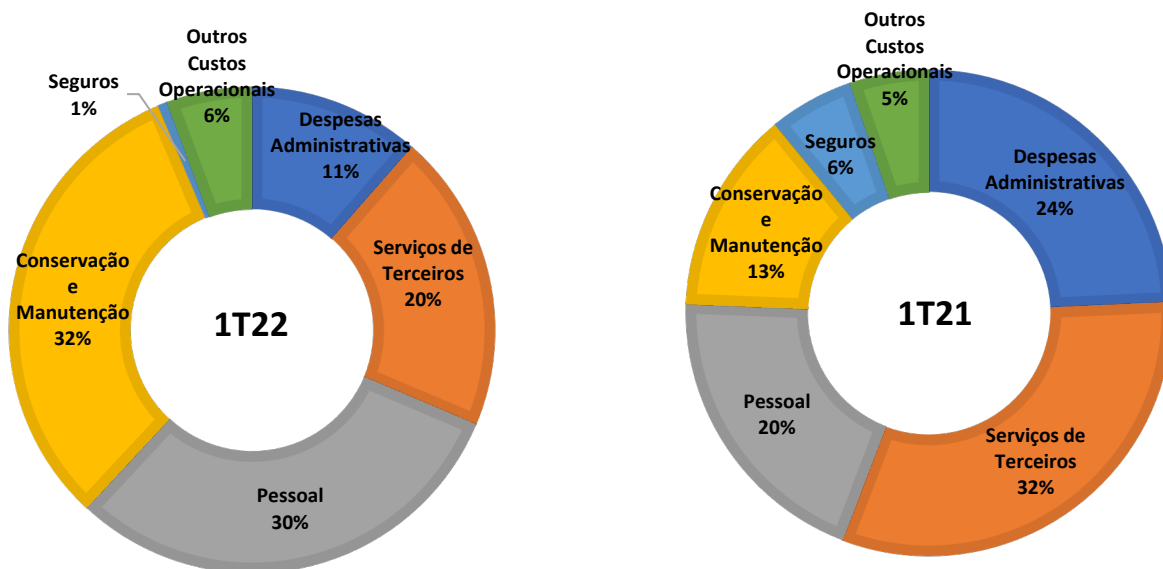
CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Mil)	1T22	1T21	▲
Pessoal	(22.242)	(6.578)	238%
Conservação e Manutenção	(23.119)	(4.471)	417%
Serviços de Terceiros	(14.517)	(10.453)	39%
Seguros	(490)	(1.857)	-74%
Outros Custos Operacionais	(4.125)	(1.748)	136%
Despesas Administrativas	(8.333)	(8.049)	4%
Custos e Despesas Administráveis	(72.826)	(33.156)	120%
Ônus de Fiscalização e Variável	(17.121)	(1.404)	1119%
Depreciação e Amortização	(32.166)	(18.785)	71%
Provisão para Contingências	(1.833)	(76)	-
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(123.946)	(53.421)	132%
Custo de Construção (IFRS)	(59.761)	(257.544)	-77%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(26.070)	-	-
Custos e Despesas Operacionais	(209.777)	(310.965)	-33%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.



Composição dos Custos e Despesas Administráveis



Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o *budget* da EIXO.

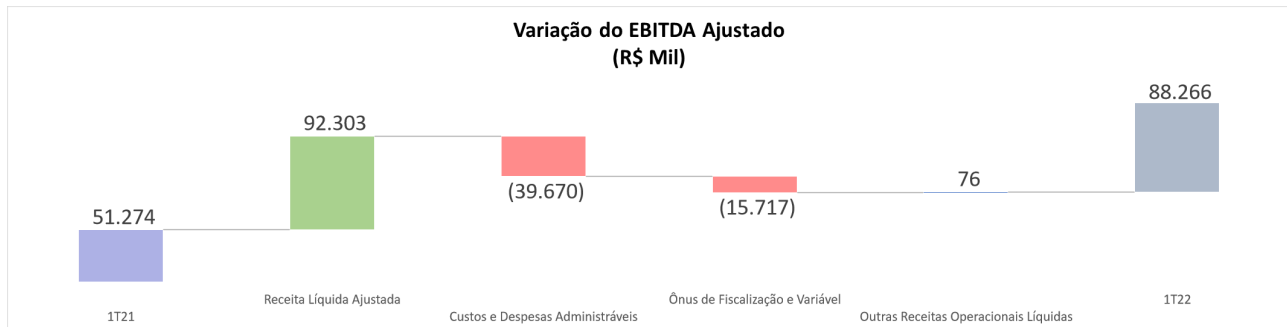
EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	1T22	1T21	▲
Lucro (prejuízo) Líquido	(9.033)	14.926	-161%
Resultado Financeiro Líquido	46.250	13.512	242%
IRPJ & CSLL	(9.020)	3.975	-327%
Depreciação & Amortização	32.166	18.785	71%
EBITDA ICVM 527	60.363	51.198	18%
Margem EBITDA	25,38%	14,91%	70%
Receita de Construção (IFRS)	(59.761)	(257.544)	-77%
Custo de Construção (IFRS)	59.761	257.544	-77%
Provisão de Manutenção (IFRS)	26.070	-	-
Provisão para Contingências	1.833	76	-
EBITDA Ajustado¹	88.266	51.274	72%
Margem EBITDA Ajustado¹	49,57%	59,79%	-17%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.



O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 88,3 milhões no período de 2022, um aumento de 72% em relação ao período de 2021, já a Margem EBITDA Ajustada reduziu 17%. O aumento no EBITDA Ajustado foi ocasionado pela entrada em operação de 16 novas praças de pedágio. A queda na Margem EBITDA Ajustada foi ocasionada pela redução na receita de pedágio, que é explicada pela queda no tráfego em decorrência da pandemia do novo Coronavírus. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T22	1T21	▲
Resultado Financeiro	(46.250)	(13.512)	242%
Receitas Financeiras	7.687	345	2128%
Provisão para manutenção - AVP	3.780	-	-
Receita de aplicações financeiras	3.885	289	1244%
Outros	22	56	-61%
Despesas Financeiras	(53.937)	(13.857)	289%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(38.949)	(11.268)	246%
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	(7.890)	-	-
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(4.949)	(2.032)	144%
Atualização processos judiciais	(1.274)	(2)	63600%
Outros	(875)	(555)	58%

Inflação e Juros	1T22	1T21	▲
IPCA Últimos 12 Meses	11,30%	6,10%	85%
CDI Final do Período	11,65%	2,65%	340%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	11,65%	2,65%	340%
TJLP Final do Período	6,08%	4,39%	38%
TJLP Média Últimos 12 meses	5,22%	4,70%	11%

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

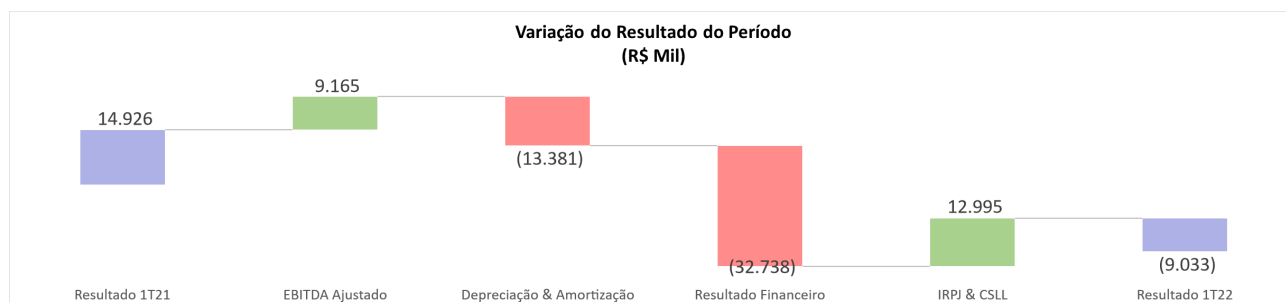
http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>



RESULTADO DO PERÍODO

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	1T22	1T21	▲
Lucro (Prejuízo) do Período	(9.033)	14.926	-161%



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	1T22	1T21	▲
Dívida Bruta	1.622.405	1.339.806	21%
Curto Prazo	7.239	1.049.378	-99%
Empréstimos e Financiamentos	1.696	1.049.378	-100%
Debêntures	5.543	-	-
Longo Prazo	1.615.166	290.428	-
Empréstimos e Financiamentos	692.334	-	-
Debêntures	922.832	290.428	-
Disponibilidades	305.317	130.113	135%
Caixa e Equivalente de Caixa	269.117	2.832	9403%
Aplicações Financeiras Vinculadas	36.200	127.281	-72%
Dívida Líquida Ajustada	1.317.088	1.209.693	9%

¹ A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	1T22	1T21	▲
Investimento Total	2.374.621	1.845.814	29%
Imobilizado	46.003	11.780	291%
Intangível	2.328.618	1.834.034	27%
Direito de Concessão (Investimento)	2.317.561	1.819.665	27%
Direito de Uso	11.057	14.369	-23%



Os investimentos realizados no período de 2022 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em edificação de SAU's, acostamentos, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, projetos de duplicação, vias marginais, PGF's, parada de ônibus, entre outros.

SOBRE A COMPANHIA

A EIXO



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do

Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021;
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021;
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.



O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (wi-fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	1T22	1T21	▲
Receita Bruta	254.573	351.401	-28%
Receitas com Pedágio	194.035	93.177	108%
Receitas Acessórias	777	680	14%
Receita de Construção (IFRS)	59.761	257.544	-77%
Deduções da Receita	(16.751)	(8.099)	107%
Receita Líquida	237.822	343.302	-31%
Custos & Despesas + Outras Receitas Operacionais Líquidas	(209.625)	(310.889)	-33%
Pessoal	(22.242)	(6.578)	238%
Conservação & Manutenção	(23.119)	(4.471)	417%
Serviços de Terceiros	(14.517)	(10.453)	39%
Seguros	(490)	(1.857)	-74%
Outros Custos Operacionais	(4.125)	(1.748)	136%
Ônus de Fiscalização	(17.121)	(1.404)	1119%
Despesas Administrativas	(8.333)	(8.049)	4%
Provisão para Contingências	(1.833)	(76)	2312%
Custos de Construção (IFRS)	(59.761)	(257.544)	-77%
Provisão para manutenção	(26.070)	-	-
Depreciação & Amortização	(32.166)	(18.785)	71%
Outras receitas operacionais líquidas	152	76	100%
Resultado Operacional	28.197	32.413	-13%
Resultado Financeiro	(46.250)	(13.512)	242%
Receitas Financeiras	7.687	345	2128%
Provisão para manutenção - AVP	3.780	-	-
Receita de aplicações financeiras	3.885	289	1244%
Outros	22	56	-61%
Despesas Financeiras	(53.937)	(13.857)	289%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(38.949)	(11.268)	246%
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	(7.890)	-	-
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(4.949)	(2.032)	-
Atualização processos judiciais	(1.274)	(2)	-
Outros	(875)	(555)	58%
Resultado Antes dos Impostos	(18.053)	18.901	-196%
IRPJ & CSLL	9.020	(3.975)	-327%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(3.104)	(4.462)	-30%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.124	487	2390%
Lucro (Prejuízo) do Período	(9.033)	14.926	-161%



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	1T22	4T21	Passivo (R\$ Mil)	1T22	4T21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	269.117	284.561	Fornecedores	46.305	54.276
Aplicações financeiras vinculadas	18.088	8.270	Empréstimos e financiamentos	1.696	1.658
Créditos a Receber	49.219	46.060	Debêntures	5.543	869
Estoques	3.626	3.005	Credor pela concessão	16.307	13.190
Adiantamentos a Fornecedores	2.035	1.945	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16.852	13.041
Despesas Antecipadas	6.354	2.546	Impostos, taxas e contribuições	11.213	13.771
Impostos a Recuperar	2.955	2.911	Adiantamento de clientes	1.762	2.019
Outros Ativos	66	345	Seguros e garantias	44	149
Partes relacionadas	289	200	Passivo de arrendamento	7.456	7.361
Total do Circulante	351.749	349.843	Partes relacionadas	1.842	2.345
Ativo Não Circulante			Provisão para manutenção	52.128	1.111
Aplicações financeiras vinculadas	18.112	15.286	Outras contas a pagar	590	369
Impostos Diferidos	35.415	23.291	Total do Circulante	161.738	110.159
Depósitos judiciais	145	140	Passivo Não Circulante		
Imobilizado	46.003	34.779	Empréstimos e financiamentos	647.986	628.673
Intangível	2.317.561	2.279.080	Debêntures	911.803	889.243
Direito de Uso	11.057	12.400	Passivo de arrendamento	3.989	5.456
Total do Não Circulante	2.428.293	2.364.976	Provisão para riscos processuais	4.362	1.254
			Provisão para manutenção	37.506	58.343
			Dividendos	492	492
			Total do Não Circulante	1.606.138	1.583.461
			Total do Passivo	1.767.876	1.693.620
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social	969.857	969.857
			Reserva Legal	2.592	2.592
			Reserva de Lucros	39.717	48.750
			Total do Patrimônio Líquido	1.012.166	1.021.199
Total do Ativo	2.780.042	2.714.819	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.780.042	2.714.819



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Notas Explicativas

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5%) desde o início da cobrança do pedágio e outorga variável (7%), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A base de cálculo destas obrigações é a receita bruta (receita tarifária bruta + receita acessória bruta).

A data de início da operação se deu em 04 de junho de 2020 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jau. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (“wi-fi”) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021.
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021.
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021.
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As informações trimestrais individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas no dia 30 de março de 2022 no jornal O Estado de São Paulo “Estadão” e disponibilizadas por meio do seguinte website: <https://ri.eixosp.com.br/default.aspxi>.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Administração da Companhia, avaliou as normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2022, e concluiu que não tem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de três meses findo em 31 de março de 2022, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	2.835	4.172
Bancos	2.616	2.168
Aplicações Financeiras (i)	<u>263.666</u>	<u>278.221</u>
Total (ii)	<u>269.117</u>	<u>284.561</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de março de 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

- (i) Aplicações financeiras realizadas com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média entre 90% e 100% em 31 de março de 2022.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas**4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	17.460	13.342
Aplicações vinculadas - Debêntures	<u>18.740</u>	<u>10.214</u>
Total	<u>36.200</u>	<u>23.556</u>
Circulante	18.088	8.270
Não Circulante	<u>18.112</u>	<u>15.286</u>
	<u>36.200</u>	<u>23.556</u>

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga trimestralmente.
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga semestralmente.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média variável entre 90% e 100% em 31 de março de 2022.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	49.219	46.060
Total	<u>49.219</u>	<u>46.060</u>
A vencer	49.219	46.060
Total	<u>49.219</u>	<u>46.060</u>

- (*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2022. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Manutenção civil e hidráulica	1.225	834
Outros	2.401	2.171
Total	<u>3.626</u>	<u>3.005</u>

Em 31 de março de 2022 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda diferido	26.040	17.125
Contribuição social diferida	9.375	6.166
Total	<u>35.415</u>	<u>23.291</u>
2022	-	2.705
2023	3.945	371-
Após 2024	31.470	20.215
Total	<u>35.415</u>	<u>23.291</u>

Notas Explicativas

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas do período têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.833	47
Provisão de fornecedores	(140)	1.215
Provisão para manutenção	30.180	-
Provisão PLR	2.192	-
Outras	1.594	169
Base de cálculo Total	<u>35.659</u>	<u>1.431</u>
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	12.124	487

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.053)	18.901
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	<u>6.138</u>	<u>(6.426)</u>
Ajuste para alíquota efetiva:		
Outras diferenças temporárias	-	582
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização de juros	2.853	1.621
Outras diferenças permanentes	29	248
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>9.020</u>	<u>3.975</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(3.104)	(4.462)
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>12.124</u>	<u>487</u>
	<u>9.020</u>	<u>(3.975)</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	50%	21%

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

8. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonía comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
Adições	79	3.396	318	1	433	9.353	240	13.820
Saldo em 31 de março de 2022	606	12.837	5.019	327	444	33.305	879	53.417
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Adições	(17)	(429)	(250)	(16)	(4)	(1.856)	(24)	(2.596)
Saldo em 31 de março de 2022	(95)	(944)	(1.331)	(114)	(6)	(4.833)	(91)	(7.414)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Saldo em 31 de março de 2022	511	11.893	3.688	213	438	28.472	788	46.003
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonía comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	3	574	237	-	-	-	63	877
Saldo em 31 de março de 2021	417	2.469	4.104	324	7	5.948	452	13.721
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	(11)	(50)	(204)	(16)	-	(373)	(11)	(665)
Saldo em 31 de março de 2021	(39)	(149)	(424)	(49)	(1)	(1.255)	(24)	(1.941)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Saldo em 31 de março de 2021	378	2.320	3.680	275	6	4.693	428	11.780
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Em 31 de março de 2022, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração revisou as premissas do cálculo com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios:

(i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão;

(ii) Moeda de projeções: Reais nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto com efeitos inflacionários. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em 31 de março de 2022.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

9. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Capitalização Custos empréstimos	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	988.028	1.136.335	2.531	46.942	2.392.669
Adições	10.572	46.207	-	431	8.876	66.086
Baixas (b)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	<u>229.405</u>	<u>1.034.235</u>	<u>1.136.335</u>	<u>2.962</u>	<u>55.818</u>	<u>2.458.755</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(52.958)	(59.972)	(95)	(564)	(113.589)
Adições	-	(18.098)	(9.469)	(38)	-	(27.605)
Saldo em 31 de março de 2022	<u>-</u>	<u>(71.056)</u>	<u>(69.441)</u>	<u>(133)</u>	<u>(564)</u>	<u>(141.194)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	935.070	1.076.363	2.436	46.378	2.279.080
Saldo em 31 de março de 2022	229.405	963.179	1.066.894	2.829	55.254	2.317.561
	-	(a)	(a)	(a)	(a)	
Taxas anuais de amortização - % (a)						

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Capitalização Custos empréstimos	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	230.631	1.136.335	1.349	-	1.573.796
Adições	172.405	112.164	-	882	4.769	290.220
Transferências	(408)	408	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2021	<u>377.478</u>	<u>343.203</u>	<u>1.136.335</u>	<u>2.231</u>	<u>4.769</u>	<u>1.864.016</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	-	(27.855)
Adições	-	(7.009)	(9.470)	(17)	-	(16.496)
Saldo em 31 de março de 2021	-	<u>(12.755)</u>	<u>(31.565)</u>	<u>(31)</u>	-	<u>(44.351)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	-	1.545.941
Saldo em 31 de março de 2021	377.478	330.448	1.104.770	2.200	4.769	1.819.665
Taxas anuais de amortização - %	-	(a)	(a)	(a)	(a)	

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33% ao ano e os demais são amortizados de acordo com sua vida útil.
- (b) Baixas realizadas em função da substituição do sistema de arrecadação (R\$755) e baixa de torre em função da venda de torres de telecomunicação (R\$5.655), vide nota explicativa nº 17.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(ii) Vide nota explicativa nº 1.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$8.876 em 31 de março de 2022. A capitalização no período de 2022 foi 20% do resultado financeiro.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração revisou as premissas do cálculo com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: Reais nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto com efeitos inflacionários. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos intangíveis em 31 de março de 2022.

10. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2021	Adições e atualizações contratuais	Depreciação	Saldo em 31/03/2022
Equipamentos operacionais	1.852	-	(337)	1.515
Instalações e Edificações	1.680	62	(177)	1.564
Veículos	8.868	559	(1.450)	7.978
Total	12.400	621	(1.964)	11.057

	Saldo em 31/12/2020	Adições e atualizações contratuais	Depreciação	Saldo em 31/03/2021
Equipamentos operacionais	1.109	-	(65)	1.044
Instalações e Edificações	2.110	-	(170)	1.940
Veículos	12.774	-	(1.389)	11.385
Total	15.993	-	(1.624)	14.369

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Notas Explicativas

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

11. FORNECEDORES

	31/03/2022	31/12/2021
Fornecedores - Obras	28.772	41.815
Fornecedores - Imobilizado	13	1.294
Fornecedores - Serviços	17.520	11.167
Total	46.305	54.276

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/03/2022
BNDES	630.331	-	28.112	(8.761)	-	649.682
Total	630.331	-	28.112	(8.761)	-	649.682

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2021
Notas Promissórias	1.032.744	-	33.699	(1.066.375)	(68)	-
BNDES	-	650.000	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331
Total	1.032.744	650.000	80.080	(1.077.088)	(55.405)	630.331

	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	1.696	1.658
Não circulante	647.986	628.673

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021.

- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos "A", "B" e "C": carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito "D" e "E": carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.

Notas Explicativas

(viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de março de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

b) Nota Promissória

Em 19 de março de 2020, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de notas promissórias, não conversíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021.

A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R\$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para tal os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21" disponibilizado para consulta em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas.

As garantias reais eram:

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: foram cedidos fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário:

- (i) Todos os direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da Concessão a que a Emissora faz jus, desde que não comprometa a continuidade e a adequação na prestação dos serviços do Contrato de Concessão e respeitado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (Lei das Concessões), incluindo direitos creditórios, receitas e recebíveis decorrentes de direitos indenizatórios, da cobrança de pedágio, dos contratos de receita acessória e das apólices de seguro (conforme permitido nos termos do Contrato de Concessão) relacionadas à Concessão ("Recebíveis").
- (ii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da titularidade, pela Emissora, das contas cedidas por onde circularão todos os Recebíveis ("Contas Cedidas"), incluindo as respectivas aplicações financeiras mantidas nas e/ou vinculadas às Contas Cedidas ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão").
- (iii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo").
- (iv) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição; e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes das Contas Vinculadas Aumento de Capital ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Aumento de Capital" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo, as "Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios da Emissora"), nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças a serem celebrados entre a Emissora, a Acionista, a Subholding e a Holding Pátria, conforme o caso, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (cada um deles, um "Contrato de Cessão Fiduciária" e, todos em conjunto, os "Contratos de Cessão Fiduciária").

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

- (v) Alienação Fiduciária das Ações da Emissora: a Acionista alienará fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua titularidade detidas e que venham a ser detidas pela Acionista no capital social da Emissora, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações (“Alienação Fiduciária das Ações da Emissora” e, em conjunto com as Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), as “Garantias Reais”), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças a ser celebrado entre a Acionista, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente (“Contrato de Alienação Fiduciária” e, em conjunto com os Contratos de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), os “Contratos de Garantia Real”).

Nos termos da Cártula, como condição à realização da emissão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, para assegurar as Obrigações Garantidas, será constituída, ainda, a cessão fiduciária e a alienação fiduciária, conforme aplicável, das Debêntures Incentivadas Conversíveis, das ações de emissão da Emissora resultantes da conversão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, de qualquer nova ação de emissão da Emissora ou de eventuais, bônus de subscrição ou títulos conversíveis em ações a serem emitidos pela Emissora, incluindo todas e quaisquer ações que vierem a ser emitidas pela Emissora em decorrência de tais bônus de subscrição ou títulos conversíveis, a ser outorgada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares (“Alienação Fiduciária de Ativos”), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ativos e Outras Avenças a ser celebrado entre o eventual titular das Debêntures Incentivadas Conversíveis, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos”).

Não havia cláusulas de “covenants” financeiros sobre as notas promissórias.

Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

13. DEBÊNTURES

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado e ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Notas Explicativas

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de março de 2022 é:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/03/2022
Partes relacionadas	530.167	-	12.300	-	-	542.467
BNDES	359.945	-	14.934	-	-	374.879
Total	890.112	-	27.234	-	-	917.346

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2021
Partes relacionadas	-	490.703	39.520	-	(56)	530.167
BNDES	-	350.000	29.716	(7.794)	(11.977)	359.945
Total	-	840.703	69.236	(7.794)	(12.033)	890.112

	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	5.543	869
Não circulante	911.803	889.243

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - ACDUF corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ônus de fiscalização	858	750
Outorga variável	6.344	5.841
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente	9.105	6.599
Total	<u>16.307</u>	<u>13.190</u>

15. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e honorários	550	512
Encargos sociais e previdenciários	2.312	1.970
Provisão de férias	5.821	5.712
Provisão de 13º	1.442	-
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	6.727	4.847
Total	<u>16.852</u>	<u>13.041</u>

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.786	2.652
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	3.174	5.365
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.457	3.424
Impostos federais terceiros	515	956
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	506	634
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	775	740
Total	<u>11.213</u>	<u>13.771</u>

17. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Notas Explicativas

Para o período findo em 31 de março de 2022 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/03/2022		
		Ativo	Passivo	Resultado
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	197	150	28
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	51	52	(3)
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	5	-	-
Winity S.A.	Locação de Torres de Telecomunicação	-	-	(127)
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	36	1.640	(2.929)
Saldo em 31/12/2021		289	1.842	(3.031)

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2021		31/03/2021
		Ativo	Passivo	Resultado
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	132	1.109	(129)
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	41	39	174
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	5	-	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.197	-
Saldo em 31/12/2021		200	2.345	45

	31/03/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	289	200
	<u>289</u>	<u>200</u>
Passivo Circulante	1.842	2.345
	<u>1.842</u>	<u>2.345</u>

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(***) A Companhia efetuou a venda das torres de telecomunicação para a One Infraestrutura de Dados S.A. com o recebimento via transferência bancária no dia 23 de abril de 2021, com a opção de recompra das torres em maio de 2050.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de 2021 em até R\$6.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o período social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de março de 2022, foram pagos R\$2.322 (R\$1.009 em 31 de março de 2021) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 13, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 13 com efeito no resultado no montante de R\$12.300.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**a) Política contábil**

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentaçãoPassivo de arrendamento

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	12.817	16.345
Adições e atualizações contratuais	621	2.879
Juros provisionados	208	878
Pagamento de juros	(208)	(878)
Pagamento de principal	(1.993)	(6.407)
Total	<u>11.445</u>	<u>12.817</u>
Circulante	7.456	7.361
Não circulante	3.989	5.456

Notas Explicativas

A realização do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2022	6.519	9.242
2023	4.343	4.408
2024	1.065	782
2025	443	325
2026 em diante	1.106	539
Total	13.476	15.296
Ajuste a valor presente	(2.031)	(2.479)
Passivo de arrendamento	11.445	12.817

	Adoção Inicial	Dez.2020	Dez.2021	Mar.2022	Dez.2022	Dez.2023	Dez.2024	Dez.2025	Dez.2026 em diante
IPCA					7,89%	4,10%	3,20%	3,00%	3,00%
<u>Ativo de arrendamento</u>									
Balanco patrimonial	19.588	15.993	12.400	11.057	5.481	1.730	893	534	-
Fluxo com projeção	19.588	15.993	12.400	11.057	5.913	1.801	922	550	-
<u>Passivo de arrendamento</u>									
Balanco patrimonial	19.588	16.345	12.817	11.445	5.940	1.985	1.091	734	-
Fluxo com projeção	19.588	17.100	14.144	11.445	6.409	2.066	1.126	756	-
<u>Despesas financeiras</u>									
Balanco patrimonial		616	878	208	612	194	85	43	266
Fluxo com projeção		616	878	208	660	202	88	44	274
<u>Despesas de depreciação</u>									
Balanco patrimonial		3.433	6.471	1.964	5.576	3.751	837	359	534
Fluxo com projeção		3.433	6.471	1.964	6.016	3.905	864	370	550

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de atualização do projeto. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

	31/03/2022	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção	86.900	60.830
Atualização pela inflação	19.131	11.090
Ajuste a valor presente	(16.397)	(12.466)
Total	89.634	59.454
Circulante	52.128	1.111
Não circulante	37.506	58.343

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

20. PROVISÃO PARA RISCOS**a) Provável**

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para contingência - ações trabalhistas	236	525
Provisão para contingência - ações cíveis	4.126	729
Total	<u>4.362</u>	<u>1.254</u>
<u>Mapa movimentação</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	1.254	29
Adições	2.212	1.225
Baixas	(377)	-
Atualização monetária	1.273	-
Saldo final	<u>4.362</u>	<u>1.254</u>

b) Possível

Em 31 de março de 2022, a Companhia não possui processos de natureza cível classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de março de 2022, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$969.857 (R\$969.857 em 31 de dezembro de 2021), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Notas Explicativas

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de março de 2022 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2021 a constituição da reserva legal foi de R\$1.106.

d) Reserva de retenção de lucros:

Em 31 de março de 2022 foi amortizada uma reserva de retenção de lucros no montante de R\$9.033. Em 31 de dezembro de 2021, a constituição realizada foi de R\$20.803.

22. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a)	194.035	93.177
Receitas com construção (b)	59.761	257.544
Receita acessória (c)	777	680
Receita Bruta	254.573	351.401
Deduções da receita	(16.751)	(8.099)
Receita líquida	<u>237.822</u>	<u>343.302</u>

(a) A partir de julho de 2021, 16 novas praças de pedágio foram colocadas em operação, motivando assim o aumento da receita com arrecadação de pedágio.

(b) A receita de construção sofreu redução em função do término dos investimentos em trabalhos iniciais (PII e PAI) e em função da conclusão das praças de pedágios.

(c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	194.812	93.857
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(5.845)	(2.816)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.266)	(610)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(9.640)	(4.673)
	<u>(16.751)</u>	<u>(8.099)</u>

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Custo dos serviços prestados:		
Custo de Obra	(59.761)	(257.544)
Provisão para manutenção (a)	(26.070)	-
Pessoal	(22.242)	(6.578)
Conservação e manutenção	(23.119)	(4.471)
Serviços de terceiros (b)	(14.517)	(10.453)
Seguros	(490)	(1.857)
Depreciações e amortizações	(31.322)	(18.311)
Poder concedente	(17.121)	(1.404)
Locações de imóveis e máquinas	(1.420)	(771)
Outras despesas operacionais	(2.705)	(977)
Total	<u>(198.767)</u>	<u>(302.366)</u>
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Despesas operacionais:		
Provisão para riscos processuais	(1.833)	(76)
Pessoal	(3.206)	(5.942)
Conservação e manutenção	(65)	(144)
Serviços de terceiros	(4.404)	(1.780)
Depreciações e amortizações	(844)	(474)
Locações de imóveis e máquinas	(55)	(2)
Outras despesas operacionais	(603)	(181)
Total	<u>(11.010)</u>	<u>(8.599)</u>

(a) A constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos trabalhos iniciais (PII).

(b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Provisão para manutenção - AVP	3.780	-
Receita de aplicações financeiras	3.885	289
Outros	22	56
Total	<u>7.687</u>	<u>345</u>

Notas Explicativas

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(38.949)	(11.268)
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	(7.890)	-
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(4.949)	(2.032)
Juros de arrendamento	(208)	(234)
Despesas bancárias	(224)	(153)
Atualização processos judiciais	(1.274)	(2)
Outras despesas financeiras	(443)	(168)
Total	<u>(53.937)</u>	<u>(13.857)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(46.250)</u>	<u>(13.512)</u>

25. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2022.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação:		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(9.033)	14.926
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	969.857	477.357
Lucro (prejuízo) básico	(0,009)	0,031
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	98.454	52.708
Lucro diluído	(0,008)	0,028

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 13.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado**a) Exposição a riscos cambiais**

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o trimestre findo em 31 de março de 2022, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	1.622.405	1.579.916
Caixa e equivalentes de caixa	(269.117)	(284.561)
Aplicações financeiras vinculadas	(36.200)	(23.556)
Dívida líquida	<u>1.317.088</u>	<u>1.271.799</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>1.012.166</u>	<u>1.021.199</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,30</u>	<u>1,25</u>

(i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e nº 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

Notas Explicativas

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2021, conforme quadro a seguir:

		<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	269.117	284.561
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	36.200	23.556
Contas a receber	Custo amortizado	49.219	46.060
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	47.666	54.276
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	694.030	678.758
Debêntures	Custo amortizado	928.431	890.112
Credor pela concessão	Custo amortizado	16.307	13.190

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2022	2023	2024	2025 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	379.747	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	162.774	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	385.910	769.004	19.200	19.918	20.718	709.168
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	694.030	1.552.423	26.284	35.730	36.800	1.453.608
		<u>1.622.461</u>	<u>7.748.625</u>	<u>45.484</u>	<u>55.648</u>	<u>57.518</u>	<u>7.589.975</u>

e) Análise de sensibilidadeRisco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de março de 2022. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Notas Explicativas

Operação	Risco	Saldo 31/03/2022	Juros a incorrer		
			Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	269.117	31.352	39.183	47.402
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	36.200	4.217	5.271	6.328
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	385.910	26.473	33.111	39.710
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	694.030	47.610	59.548	71.416

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	6,86%	8,58%	10,29%
CDI (b)	11,65%	14,56%	17,48%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 25 de março de 2022.

(b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 3 de maio 2022.

27. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de março de 2022, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	60.000	Até julho de 2022
Riscos nomeados e operacionais	222.097	Até julho de 2022
Veículos - frota	80.021	Até julho de 2022
D&O	40.000	Até agosto de 2022
Risco de engenharia	99.928	Até junho de 2023
Seguro garantia	1.168.931	Até junho de 2022
Fiança Locatícia	1.078	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	31.040	Até setembro de 2022

Notas Explicativas**28. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS**

No segundo ano do projeto, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$718 milhões de reais no período compreendido entre junho de 2021 e maio de 2022. Do início do segundo ano do projeto até o encerramento deste período a Companhia investiu R\$440.111. Os investimentos do segundo ano estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAUs e PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros.

O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$1,3 bilhões.

29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2022</u>
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	10	621
Receita de construção	22	59.761
Custo de construção	23	(59.761)
Capitalização de juros	9/13	(12.300)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	9	13.043
Aquisição de imobilizado (a)	8	1.281

(a) Valores pagos no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período.

30. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 16 de maio de 2022, a Administração autorizou a emissão das presentes informações trimestrais, estando aprovadas para divulgação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de maio de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos e para os fins do artigo 31, §1º, II c/c art. 27, §1º, VI da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Itirapina, no Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luís, S/N, km 216,8 – Pista Sul, CEP 13530-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 36.146.575/0001-6, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.548.213 (“Companhia”), declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2022.

Itirapina, 16 de maio de 2022.

Sérgio Ray Santillán
Diretor Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Becker
Diretor de Gestão Estratégica

Thiago de Paula Bronzi
Diretor de Novos Negócios

Robinson Alexandre de Avila
Diretor de Engenharia

Luiz Claudio Torelli
Diretor de Conservação e Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos e para os fins do artigo 31, §1º, II c/c art. 27, §1º, V da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Itirapina, no Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luís, S/N, km 216,8 – Pista Sul, CEP 13530-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 36.146.575/0001-6, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.548.213 (“Companhia”), declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referente às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de março 2022.

Itirapina, 16 de maio de 2022.

Sérgio Ray Santillán
Diretor Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Becker
Diretor de Gestão Estratégica

Thiago de Paula Bronzi
Diretor de Novos Negócios

Robinson Alexandre de Avila
Diretor de Engenharia

Luiz Claudio Torelli
Diretor de Conservação e Manutenção